

Demonstrações Contábeis Combinadas

EXERCÍCIO 2025

+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +

SICOOB ES

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO

Relatório de Administração

Prezados, cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras Combinadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 do Sicoob Espírito Santo, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, vocês terão a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez do sistema regional Sicoob Espírito Santo e o impacto positivo do cooperativismo financeiro em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por 323 cooperativas financeiras, distribuídas por todos os estados brasileiros, o Sicoob está presente em 2.452 municípios, sendo a única instituição financeira em 415 cidades. Com a maior rede física de atendimento do país, composta por mais de 4.600 pontos de atendimento, o Sistema reúne mais de 9,3 milhões de cooperados, que constroem, de forma coletiva, uma instituição sólida, próxima e comprometida com o desenvolvimento do Brasil.

Guiado pelos princípios do cooperativismo financeiro, o Sicoob atua com o propósito de promover cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira, impulsionando o crescimento econômico e social das comunidades onde está inserido e fortalecendo relações baseadas na confiança e na participação ativa de seus cooperados.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES é um dos 14 sistemas regionais que integram o Sicoob no Brasil. Com quase quatro décadas de atuação nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além das cidades de São José dos Campos (SP), Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Lauro de Freitas e Salvador (BA), o Sicoob ES mantém firme o propósito de avançar na ocupação territorial do Arco Leste do Brasil, abrangendo 334 municípios e mais de 30 milhões de habitantes, e com isso cooperar para o desenvolvimento desses estados e municípios através da promoção de soluções financeiras adequadas e da participação ativa na articulação de políticas públicas que gerem prosperidade. O sistema regional é composto por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão que juntas reúnem mais de 1 milhão de cooperados, evidenciando a força do cooperativismo financeiro na região.

Em 2025, o Sicoob ES constituiu sete novos pontos de atendimento, alcançando o total de 211 unidades em sua área de atuação. Essa expansão reforça o compromisso do sistema regional com a proximidade, o acesso aos serviços financeiros e a presença ativa nos territórios, distribuindo-se em 8 unidades na Bahia, em 5 municípios; 143 no Espírito Santo, em 74 municípios; 58 no Rio de Janeiro, em 37 municípios; e 2 em São Paulo, no município de São José dos Campos.

A base de cooperados é formada, majoritariamente, por pessoas físicas (82%). Ao longo de 2025, o Sicoob ES registrou a entrada de mais de 167 mil novos cooperados, reflexo da confiança contínua no modelo cooperativista, na solidez do sistema e na relação de proximidade construída com as comunidades. Ao final do exercício, o sistema regional contava com 2.570 colaboradores, distribuídos entre as seis cooperativas singulares e a Central, que atuam diariamente para transformar propósito em resultados concretos.

As cooperativas que compõem o Combinado do Sicoob Espírito Santo, conforme sua participação no capital social do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) são:

Cooperativas	CNPJ	31/12/2025	31/12/2024
Sicoob Sul Litorâneo	32.474.884/0001-02	35.107	30.369
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	103.771	93.272
Sicoob Conexão	32.430.233/0001-10	234.348	212.360
Sicoob Coopermais	31.804.966/0001-05	68.697	60.207
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	124.645	111.308
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	43.386	36.795
Total		609.954	544.311

Também integra o Combinado do Sicoob ES o fundo de investimento “SICOOB ES Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Crédito Privado”, constituído em 09/01/2025, com capital de R\$ 1.297.615 mil, de participação exclusiva das cooperativas filiadas ao Sistema Sicoob ES.

1.2.1 Destaques

Entre os principais destaques do Sicoob ES em 2025, ressaltam-se:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas, considerando o critério de patrimônio líquido, reafirmando sua solidez e relevância econômica no Estado.
- Há 13 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial, e, em 2025, recebeu novamente destaque nas categorias “Cooperativa”, “Instituição Financeira” e “Grupo Empresarial”, evidenciando uma trajetória consistente de liderança e credibilidade.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas, realizada pela Rede Gazeta, resultado que traduz a forte conexão da marca com os capixabas e a confiança construída ao longo do tempo.
- Em 2025, o Sicoob ES alcançou a marca histórica de 1 milhão de cooperados, um marco que simboliza não apenas crescimento, mas o reconhecimento de milhares de pessoas que escolheram fazer parte de um modelo financeiro mais justo, participativo e sustentável.
- No mesmo exercício, o Sicoob ES passou a integrar o ranking nacional Great Place to Work (GPTW), figurando entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando o compromisso com a valorização das pessoas, a construção de um ambiente organizacional saudável e o desenvolvimento humano.
- Reafirmando seu papel como agente de transformação social, o Sicoob ES destinou mais de R\$ 5 milhões ao 7º Edital Social, beneficiando mais de 83 mil pessoas por meio do apoio a projetos voltados à educação, inclusão social, cidadania e fortalecimento das comunidades locais, ampliando o impacto positivo de sua atuação para além do âmbito financeiro. Todas as iniciativas de responsabilidade social executadas ou apoiadas pelo Sicoob ES em 2025 nos 117 municípios beneficiaram diretamente 519 mil pessoas, com um investimento direto de quase R\$ 12 milhões.
- Em 2025, o Sicoob ES foi reconhecido na categoria ESG do Prêmio Ser Humano da ABRH ES com o projeto “Clínicas Financeiras: o Trabalho Voluntário como Motor de Transformação Social” que reconhece iniciativas que tenham compromisso social e que agregam valor para todos os envolvidos, neste caso, colaboradores voluntários e comunidade.
- A redução do impacto ambiental também faz parte das estratégias do Sicoob ES, que conta com usinas fotovoltaicas para gerar energia elétrica de fonte renovável para consumo em suas dependências, cuja produção e consumo sustentável em

2025 contribuiu para a redução de mais de 2,5 mil toneladas de CO₂ por ano, impacto ambiental equivalente ao cultivo de 15.645 mudas de árvores ao longo de 10 anos.

- O Sistema Sicoob ES mantém o **Fundo de Estabilidade e Fomento do Sicoob ES (FEFES)**. O fundo foi prorrogado até 31/12/2030, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Sicoob Central ES, com o objetivo de fortalecer o sistema regional para o novo ciclo de crescimento, especialmente no avanço da estratégia de expansão presencial na região do Arco Leste do Brasil. Em 31/12/2025, o FEFES apresentava saldo de **R\$ 725.388 mil**.

1.2.2 Crédito e Captação Ampliada Sicoob ES

Em 2025, o Sicoob ES apresentou crescimento expressivo nos principais indicadores financeiros, com destaque para o Crédito Ampliado Total e a Captação Ampliada Total.

O Crédito Ampliado Total cresceu 22,2%, passando de R\$ 19,3 bilhões para R\$ 23,6 bilhões. Esse indicador engloba tanto os créditos registrados nas operações de crédito no Balanço Contábil quanto as operações fora do Balanço Contábil, classificadas como “ampliadas”. Essas operações não são registradas diretamente na contabilidade da instituição, mas representam compromissos assumidos com terceiros e têm impacto relevante na análise da exposição ao risco e na capacidade de geração de receita.

Entre os produtos que compõem o crédito ampliado fora do Balanço Contábil e da Carteira de Crédito, destacam-se:

- **CPRs (Cédulas de Produto Rural):** cresceram 41,70%, refletindo o fortalecimento do crédito rural.
- **BNDES:** aumento de 66,00%, indicando maior intermediação de recursos de longo prazo para investimentos produtivos.
- **Crédito Imobiliário:** crescimento de 86,70%, impulsionado pela demanda por habitação.
- **Crédito de Câmbio e Consignado Bancoob:** também contribuíram para a expansão, com crescimentos de 21,90% e 5,20%, respectivamente.
- **FINEP:** crescimento de 274,5%, impulsionado pela demanda e ampliando a atuação em inovação e tecnologia.

Já a Captação Ampliada Total teve crescimento de 22,5 %, passando de R\$ 24,2 bilhões para R\$ 29,7 bilhões. Assim como no crédito, esse indicador inclui tanto os recursos captados registrados no Balanço Contábil quanto aqueles fora, que representam fontes alternativas de funding.

Os principais produtos de captação ampliada fora do Balanço incluem:

- **Depósitos de Poupança:** com redução de 3,03%, devido a migração para carteira das cooperativas.
- **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) de Intermediação:** crescimento de 329,40%, impulsionado pela demanda por agronegócios e esse tipo de investimento.
- **LCI (Letra de Crédito Imobiliário) de Intermediação:** crescimento de 184,10%, impulsionado pela demanda por habitação e esse tipo de investimentos
- **Previdência Privada (Mapfre Previ, Sicredi Previ VGBL e PGBL):** apresentaram crescimento conjunto expressivo, com destaque para o VGBL, que cresceu 308,70%.

A diferença entre as taxas de crescimento — com o crédito ampliado crescendo em ritmo ligeiramente superior ao da captação — evidencia uma estratégia de expansão sustentada, com diversificação de produtos e fontes de recursos, mantendo a solidez financeira e a capacidade de atender à crescente demanda por crédito.

Em Milhares R\$			
Composição de Crédito e Captação Ampliada – Sicoob ES	31/12/2025	31/12/2024	%
Crédito Ampliado Total	23.602.987	19.317.520	22,2%
Crédito	19.083.995	16.397.147	16,4%
Crédito Ampliado	4.518.992	2.920.373	54,7%
BNDES	2.302.153	1.387.175	66,0%
CPR	1.719.026	1.213.135	41,7%
Imobiliário	177.267	94.971	86,7%
Crédito de Câmbio	137.906	113.100	21,9%
Consignado Bancoob	92.531	87.931	5,2%
FINEP	90.109	24.061	274,5%
Captação Ampliada Total	29.736.724	24.269.752	22,5%
Captação	26.265.503	21.222.745	23,8%
Captação Ampliada	3.471.221	3.047.005	13,9%
Dep. Poupança	2.519.787	2.606.518	-3,3%
LCA Intermediação	513.593	119.603	329,4%
LCI Intermediação	34.739	12.229	184,1%
Mapfre Previ	284.748	260.301	9,4%
Sic. Previ - VGBL	84.777	20.741	308,7%
Sic. Previ - PGBL	33.577	27.613	21,6%

1.2.3 Distribuição de Resultados: compromisso com o Cooperado

Em abril de 2025, as cooperativas do Sicoob ES reafirmaram seu compromisso com a transparência e a valorização do cooperado ao distribuírem, a título de sobras, o montante de R\$ 357.540 mil, referente aos resultados alcançados em 2024. A devolução foi realizada a todos os cooperados, conforme deliberação nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) de cada cooperativa, evidenciando a solidez da gestão participativa e o retorno financeiro proporcional à movimentação de cada associado. Esse repasse reforça o modelo cooperativista, no qual os resultados são compartilhados com quem contribui para o desenvolvimento e o sucesso da cooperativa.

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o exercício de 2025, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer e atender as necessidades dos nossos associados, dentre elas destacam-se:

- **CRÉDITO DO TRABALHADOR:** O Crédito do Trabalhador é uma nova linha de crédito consignado lançada pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para trabalhadores regidos pela CLT. O Sicoob, junto com outras instituições financeiras esteve presente no lançamento em março deste ano, já apto a disponibilizar as contratações que se iniciaram em 21/03/2025. A proposta da linha é a de oferecer empréstimos com juros mais baixos, condições facilitadas de pagamento e menor

burocracia, especialmente para quem tem dificuldade de acessar crédito tradicional, já que o desconto das parcelas é na folha de pagamento. A iniciativa é parte de uma estratégia para estimular a economia, aumentar a inclusão financeira e reduzir o endividamento das famílias.

- **FAMPE MULHER:** O Fampe Mulher é uma linha de crédito especial operada pelo Sebrae e disponibilizada pelo Sicoob às associadas. Diferentemente do Fampe convencional, conta com aval de 100% pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O crédito é destinado apenas às empresas com participação majoritariamente feminina no capital social ou administradas por mulheres. A iniciativa foi lançada em 2025, com implementação inicial nos estados do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, e tem validade até 31 de março de 2027.
- **ASTEC DIGITAL** – Com a ferramenta Assistência Técnica Digital, é possível integrar cooperativas e profissionais responsáveis pela elaboração de projetos e prestação de assistência técnica. Essa integração facilita a captação e contratação de crédito rural, amplia o alcance dos parceiros envolvidos e agiliza o acesso aos recursos financeiros destinados ao setor.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo quarto ano consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o maior repassador de recursos para os programas agropecuários do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads> e <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/credito-rural-desempenho-operacional>.

- **Projetos para soluções a servidores públicos:** No âmbito do Projeto Servidores, com dados extraídos em 31 de dezembro de 2025, observou-se evolução consistente dos principais indicadores. O número de servidores públicos associados alcançou 51.116, representando crescimento de 70,8% no período. Em relação à carteira de crédito, o crédito consignado com servidores totalizou R\$ 176 milhões, com alta de 21,3%, enquanto o crédito geral com servidores atingiu R\$ 213 milhões, registrando variação positiva de 11,34%. Esses resultados reforçam o avanço do projeto, tanto na ampliação do quadro associativo quanto na expansão sustentável das operações de crédito direcionadas a esse público.

1.3.1 Perspectivas para 2026

Para 2026, a Cooperativa reforça sua estratégia de ampliação de soluções financeiras com foco em **liquidez, eficiência na concessão de crédito e mitigação de riscos**, priorizando instrumentos que aprimoram o acesso a capital de giro e fortalecem o atendimento às necessidades de empresas, especialmente MPEs e exportadores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes frentes:

AntecipaGov

O AntecipaGov consolida-se como uma alternativa relevante para fornecedores da União, ao viabilizar a **antecipação de valores vinculados a contratos públicos (empenhos)**, convertendo créditos futuros em **capital de giro**. A plataforma integra fornecedores e instituições financeiras credenciadas, permitindo que a análise de risco utilize dados do próprio contrato, o que tende a **reduzir incertezas, acelerar a contratação e favorecer condições de custo potencialmente mais competitivas**, além de contribuir para melhora do fluxo de caixa das empresas atendidas.

CCE – Cédula de Crédito à Exportação

A Cédula de Crédito à Exportação (CCE) permanece como instrumento estratégico para o financiamento de exportadores, ao possibilitar recursos voltados à **produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo**, com lastro em exportações futuras. Para a Cooperativa, trata-se de mecanismo que contribui para **estruturação de garantias e segurança da operação**, com

possibilidade de pactuação em moeda nacional ou estrangeira, apoiando o planejamento financeiro do exportador e oferecendo maior previsibilidade frente às variações do ambiente econômico.

Crédito Digital com Garantia do FAMPE

A Cooperativa deve intensificar, em 2026, a oferta de **crédito digital de capital de giro**, contratado diretamente pelo **aplicativo Sicoob**, com utilização da garantia do **FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas)**. Essa iniciativa fortalece a agenda de **digitalização e capilaridade**, ao facilitar o acesso ao crédito, reduzir fricções operacionais e ampliar o alcance junto ao público de micro e pequenas empresas, com reforço de garantia que contribui para a **melhoria do perfil de risco** das operações.

NCE – Notas Comerciais de Exportação

As Notas Comerciais de Exportação (NCE) despontam como alternativa de financiamento com **livre negociação**, voltada à produção de bens destinados à exportação e a serviços correlatos. Para 2026, a perspectiva é ampliar o uso de estruturas que promovam **flexibilidade, diversificação de funding e adequação ao ciclo financeiro do exportador**, viabilizando condições mais alinhadas às demandas do comércio exterior.

Radar de Recebíveis

A adoção de soluções tecnológicas como o “Radar de Recebíveis” reforça a governança e a assertividade nas operações lastreadas em recebíveis de cartão (vendas a prazo). Por meio de infraestrutura regulada e integrada (a exemplo de registradoras como a CERC), a Cooperativa ganha maior capacidade de **consulta, verificação e análise de recebíveis**, elevando a transparência, reduzindo assimetrias de informação e aprimorando a **precificação e a decisão de crédito**, com impactos positivos na mitigação de riscos e na eficiência das operações de antecipação.

Nota Comercial

A nota comercial é um título de crédito emitido de forma escritural pela cooperativa para captar recursos diretamente no mercado, sem intermediários. Funciona como um empréstimo de capital de giro de curto prazo e possui isenção de IOF.

CPR-F Barter

O título tem por finalidade estabelecer condições de intercooperação entre as partes, possibilitando e incentivando que o produtor rural adquira insumos (sementes, fertilizantes, defensivos) e/ou máquinas e/ou equipamentos agrícolas junto ao PARCEIRO BARTER e, em vez de pagar com dinheiro, realiza o pagamento com uma parte da sua safra futura.

Caberá ao PARCEIRO BARTER a comercialização dos referidos bens aos produtores rurais, bem como a posterior aquisição dos produtos agropecuários vinculados às operações de CPR Barter.

1.4. Novos Produtos e Soluções

Em 2025, o Sicoob ampliou seu portfólio de investimentos com o lançamento do **Fundo de Investimento Sicoob Cambial Dólar**. A nova solução possibilita aos cooperados acesso direto ao mercado de câmbio por meio da plataforma de investimentos da instituição, que **já contempla o Home Broker e outros produtos de renda variável**. A iniciativa tem como objetivo ampliar as alternativas de diversificação e oferecer instrumento de proteção cambial aos associados.

No mesmo exercício, a **Sipag avançou na ampliação e evolução do ecossistema de meios de pagamento**, com foco em eficiência operacional, integração tecnológica e aprimoramento da experiência do associado. Foram incorporados **novos aplicativos de automação comercial direcionados aos segmentos de postos de combustíveis, eventos e alimentação**, com funcionalidades que

permitem a gestão de pedidos, a emissão de ingressos e de notas fiscais diretamente nas maquininhas. Essas entregas contribuem para a simplificação de rotinas operacionais, o fortalecimento do controle gerencial e o aumento da produtividade dos negócios dos cooperados.

Como parte do movimento de expansão do portfólio de soluções de pagamentos, a **Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) da Sipag** passou a contar com integração às principais TEF Houses do mercado, ampliando a interoperabilidade, a aderência às diferentes estruturas de automação do varejo e a robustez das operações dos estabelecimentos vinculados aos associados.

Ainda em 2025, o Sicoob anunciou o lançamento do **cartão Sicoob Zenith**, com pré-lançamento realizado até o final de junho e disponibilização prevista para agosto. Voltado ao público de alta renda, o produto foi concebido para oferecer uma proposta de valor alinhada a um padrão elevado de serviços e conveniência, reunindo benefícios exclusivos e desempenho superior. O cartão estará disponível nas bandeiras **Mastercard e Visa**, reforçando o posicionamento da Cooperativa na oferta de soluções sofisticadas e no atendimento a perfis de associados que demandam produtos de maior valor agregado.

1.5. Tecnologia

Em conformidade com as transformações observadas no mercado financeiro e com as diretrizes estratégicas do Sistema Sicoob, o Centro Corporativo Sicoob manteve, em 2025, investimentos estruturantes em Tecnologia da Informação, direcionados ao fortalecimento da capacidade operacional, à eficiência dos processos e à ampliação dos canais de relacionamento com os cooperados. Tais investimentos contribuíram para a consolidação dos canais digitais como principal meio de interação no Sicoob ES, com impactos positivos em escala operacional, padronização dos serviços e racionalização de custos.

No exercício, observou-se a consolidação da **associação digital para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs)** como canal relevante de ingresso de novos cooperados. Em 2025, **66,4% das novas associações ocorreram por meio digital**, percentual que atingiu **71% no segundo semestre**, indicando aumento da utilização dos canais digitais disponibilizados pelo Sistema. A evolução desses indicadores reflete a aderência das soluções adotadas às necessidades operacionais dos cooperados.

A experiência digital é suportada por aplicativo institucional, que apresentou avaliações médias de **4,8 na Play Store e 4,9 na Apple Store**, conforme métricas públicas disponibilizadas pelas respectivas plataformas, indicando estabilidade e aceitabilidade das soluções tecnológicas ofertadas.

O atendimento por canais digitais apresentou desempenho consistente ao longo do período, com avaliação média de **4,53 (em escala de 5)** e tempo médio de resposta inferior a cinco minutos após o transbordo. A **ampliação do horário de atendimento, das 7h30 às 21h30**, contribuiu para o aumento da disponibilidade dos serviços e para a continuidade do atendimento aos cooperados.

A **manutenção da isenção de tarifas para transações Pix de pessoas jurídicas**, aliada à evolução contínua das APIs, impactou positivamente o volume financeiro transacionado. Em 2024, o volume movimentado pelos associados superou **R\$ 147 bilhões**, enquanto, em 2025, ultrapassou **R\$ 196 bilhões**, representando crescimento de **33%** no período.

Adicionalmente, verificou-se incremento relevante na utilização de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. O volume de integrações apresentou crescimento de **111%**, evidenciando a ampliação do uso das infraestruturas tecnológicas disponibilizadas pelo Sistema e o avanço do processo de digitalização das operações.

1.6. Produto Poupança

A partir do segundo semestre de 2025, em conformidade com a **Resolução CMN nº 5.044/2022**, as cooperativas de crédito passaram a registrar, em seus próprios balanços patrimoniais, os saldos das **novas contas de poupança rural**, contribuindo para o fortalecimento da estrutura financeira e para a ampliação da capacidade de oferta de soluções voltadas ao público do agronegócio.

A evolução do produto também permitiu a **vinculação da poupança rural à conta corrente do cooperado**, habilitando **consulta e movimentação** diretamente pelo **Super App Sicoob** e pelo **Cartão Sicoobcard**. Adicionalmente, os recursos da poupança podem ser **transferidos para a conta corrente**, passando a usufruir das mesmas funcionalidades e limites transacionais — como **saques, transferências, pagamentos e operações via Pix** —, em geral mais elevados e passíveis de parametrização conforme o perfil do cooperado.

Com isso, o Sicoob amplia a conveniência e a eficiência na gestão financeira dos cooperados, oferecendo uma experiência mais integrada, com maior autonomia e fluidez no uso dos recursos.

Ao longo do período, foram **criadas ou migradas 52.388 contas de poupança** para as cooperativas do **Sicoob ES**, totalizando **saldo de R\$ 615.967.023.73**, o que evidencia a expressiva adesão dos cooperados ao produto e reforça a relevância dessa evolução para a ampliação da base de captação e para o fortalecimento do relacionamento com o público atendido.

2. Sustentabilidade

O Visando estruturar um ambiente de **sustentabilidade sistêmica**, que integre de forma consistente as dimensões **ambiental, social e de governança (ESG)** ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema vêm se mobilizando em torno do **Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável**. Essa iniciativa fortalece a atuação cooperativista orientada à perenidade, à gestão responsável de riscos e à geração de valor compartilhado para associados e comunidades.

Para tornar claros aos cooperados e à sociedade os compromissos assumidos, o Sicoob mantém um **Plano de Sustentabilidade**, uma **Agenda** e um **Relatório de Sustentabilidade**, instrumentos alinhados ao planejamento estratégico e aderentes às diretrizes do **Banco Central do Brasil** relacionadas à **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**. Para mais informações, acesse: www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Reforçando o compromisso com o **Investimento Social Estratégico**, o **Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES** viabiliza programas próprios e apoia iniciativas relevantes nas comunidades do território de atuação. Em 2025, foram **investidos quase R\$ 12 milhões em ações que beneficiaram mais de 519 mil pessoas diretamente**. Entre as iniciativas, os projetos de **Educação Financeira e Cooperativista em Escolas** — como **Cooperativa Mirim, Financinhas nas Escolas e Concurso Cultural** — impactaram **mais de 47 mil alunos**, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento da cultura cooperativista.

No âmbito do apoio institucional às comunidades, a **7ª edição do Edital Social** aprovou **213 projetos** em **207 instituições** de **80 municípios**, beneficiando **83.160 pessoas**, com investimento superior a **R\$ 5 milhões**. Desde a primeira edição, foram apoiados **mais de 800 projetos** em **mais de 100 municípios**, totalizando investimento de **quase R\$ 20 milhões**, evidenciando a continuidade e a capilaridade da atuação social do Sicoob ES. Para 2026, a **8ª edição do Edital Social** terá inscrições abertas de **02 de março a 30 de abril**, por meio do site www.comunidadesicoob.com.br, sendo **exclusiva para instituições sem fins lucrativos**, reafirmando o compromisso com o fortalecimento das organizações sociais e com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em 2025, o produto **Faça Acontecer** ampliou seu alcance e reforçou sua contribuição para a agenda de **inclusão e desenvolvimento social**, ao beneficiar **mais de 4.000 estudantes** por meio do financiamento estudantil, consolidando uma carteira superior a **R\$ 380 milhões**. Atualmente, a solução atende alunos de instituições de ensino conveniadas em **23 estados** e no **Distrito Federal**, ampliando o acesso à educação e fortalecendo oportunidades de formação e mobilidade social.

No encerramento do exercício, foram concluídas **negociações estratégicas** com dois dos maiores grupos educacionais do país — **Cogna e Ânima** —, o que reforça a capacidade de expansão do programa, amplia a capilaridade do atendimento e sustenta a continuidade do impacto positivo gerado junto às comunidades onde o Sicoob atua.

3. Classificação Fitch Ratings

Em **26 de agosto de 2025**, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** realizou a **elevação (upgrade)** do **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Central ES** para **AA+(bra)**. Na mesma data, a agência **reafirmou (affirmed)** o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** do Sistema Sicoob ES, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade** e **capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, o Sistema manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Na estrutura da governança corporativa do Sicoob ES, o processo assemblear é um dos elementos centrais, e sua relevância é superior ao cumprimento da exigência legal, pois materializa o segundo princípio do cooperativismo: a Gestão Democrática, garantindo que os associados exerçam seu direito de participar das decisões estratégicas da cooperativa. A participação coletiva nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas, a apreciação da prestação e contas do exercício, o rateio das sobras e a remuneração a ser paga aos administradores. O ciclo assemblear em 2025 das cooperativas do Sicoob ES contou com mais de 50 reuniões, que contou com a participação de mais de 53 mil associados, tornando-se como um dos mais robustos ciclos assembleares do Sicoob ES, consolidando o compromisso com a transparência e participação os cooperados.

6. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, centralizada e compartilhada com o Banco Sicoob, desempenha um papel crucial na garantia da transparência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos. A atuação da área é prevista na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2025, a Ouvidoria do Sicoob registrou 1.654 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dessas, 702 foram classificadas como procedentes e com exceção de 71 ocorrências, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Em Milhares R\$			
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Var. %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	2.696.726	2.170.470	24,25
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	664.540	662.025	0,38
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	122.200	119.958	1,87
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	565.285	515.658	9,62
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	1.079.679	903.421	19,51
Despesas Tributárias	11.025	9.448	16,69
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	205.737	151.757	35,57
Juros ao Capital	333.534	204.803	62,86
Sobras Brutas	1.666.408	1.215.610	37,08

Contribuíram para compor o Resultado do exercício de 2024:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 9,62%, o resultado da intermediação financeira aumentou 24,25% em relação ao mesmo período de 2023.

A remuneração do Juros ao Capital em 2025 foi de R\$ 333.534 mil, 62,86% superior ao mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Sicoob ES teve um aumento de 37,08 % em relação a 2024, atingindo um total de R\$ 1.666.408 milhões.

8.1. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2024, o Sicoob ES encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R\$			
Balanço Patrimonial	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Var. %
Ativos Totais	36.236.900	29.475.890	22,94
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.928.463	7.934.593	25,13
Títulos e Valores Mobiliários	5.342.602	5.494.935	(2,77)
Carteira de Crédito	19.083.996	16.397.147	16,39
Depósitos	23.790.542	19.612.556	21,30
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio e imobiliário	2.474.959	1.610.189	53,71
Patrimônio Líquido	6.817.923	5.429.865	25,56

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2025:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 36.236.900 mil ao final do exercício de 2025, com crescimento de 22,94% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados e superando a marca dos 36 bilhões em ativos.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da carteira de crédito superou a marca 19 bilhões de reais, atingindo o montante R\$ 19.083.996 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 16,39 % em relação a 31 de dezembro de 2024.

Os depósitos obtiveram um aumento de 21,30 % considerando o mesmo período de 2024, atingindo no final do exercício de 2025 o montante de R\$ 23.790.542 mil e dessa forma passando da marca de 23,7 bilhões de depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 25,56 % em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 6.817.923 mil.

8.2 Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	31/12/2024			31/12/2023			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	2.822.024	864.338	3.686.362	1.881.689	762.197	2.643.886	1.042.476	39,43
Crédito Comercial	2.468.206	12.945.414	15.413.620	2.305.634	11.447.627	13.753.261	1.660.359	12,07
Total	5.290.230	13.809.752	19.099.982	4.187.323	12.209.824	16.397.147	2.702.835	16,48

Ressalta-se que o quadro acima não contempla a dedução do montante relativo à TJEO — Taxa de Juros Efetiva da Operação, instituída pela Resolução CMN nº 4.966/2021, no valor de R\$ (15.986) mil. Assim, o saldo da carteira de crédito, líquido da referida dedução, totaliza R\$ 19.083.996.

8.3 Volume de crédito liberado em 2025 e 2024

Descrição	2025	2024
Total de Crédito Liberado	13.346.357.963	12.966.594
Crédito rural	2.573.855.777	1.864.295
Empréstimo e Financiamentos	7.028.572.405	7.506.542
Títulos Descontados	3.743.929.781	3.595.758
No. de operações (Empréstimos e Crédito Rural)	178.353	299.189
Valor Médio das Operações (Empréstimos e Crédito Rural)	54	31

9. Pessoas

Guiado por uma cultura cooperativista alicerçada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, o Sicoob ES mantém uma abordagem genuinamente centrada nos colaboradores. Esse entendimento reconhece que o engajamento e o desenvolvimento das equipes são determinantes para a excelência operacional, a qualidade do atendimento aos cooperados e a consolidação do modelo de negócio cooperativo.

Ao final do exercício de 2025, o Sicoob ES contava com 2.570 colaboradores, distribuídos em 117 municípios de sua área de atuação, representando um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Essa expansão equilibrada da estrutura organizacional reflete a estratégia de aprimoramento contínuo dos processos, o avanço no uso de tecnologias e o investimento constante na qualificação profissional, promovido por meio de programas estruturados de educação corporativa. Em 2025, cada profissional registrou, em média, 20 horas de treinamento, reforçando o compromisso da instituição com o desenvolvimento técnico e comportamental de suas equipes.

As práticas adotadas ao longo de toda a jornada do colaborador, sustentadas por políticas e estratégias voltadas a promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e estimulante, contribuíram para a consolidação de um clima organizacional de excelência. Como resultado desse compromisso, o Sicoob ES foi reconhecido em 2025 como uma das 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Great Place to Work (GPTW), a partir da avaliação realizada junto aos seus colaboradores. Além disso, a instituição recebeu o Selo Mental Health – três estrelas, certificação que destaca organizações comprometidas com a promoção da saúde mental de suas equipes.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de dois anos, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração das cooperativas singulares. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representantes dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas,

como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Agradecimento

Os resultados econômicos, financeiros e sociais apurados ao longo do exercício refletem a confiança depositada pelos cooperados e a atuação consistente do Sicoob Espírito Santo. Os avanços alcançados no período decorrem do esforço conjunto das lideranças, empregados, cooperados, parceiros e comunidades, que atuam de forma integrada na oferta de soluções financeiras equilibradas, acessíveis e alinhadas ao desenvolvimento regional. A condução responsável dos recursos reafirma o compromisso com a geração de valor compartilhada e com a aplicação consciente do capital.

Mais do que resultados, seguimos reafirmando nossa essência: o Sicoob faz bem. Faz bem para os cooperados, por meio de relações de proximidade e de soluções financeiras justas; faz bem para os negócios, ao apoiar empreendedores e produtores rurais no fortalecimento de suas atividades; e faz bem para as comunidades, por meio de iniciativas que promovem transformação social e desenvolvimento sustentável nas regiões onde estamos presentes.

Ao longo do exercício, a gestão manteve-se orientada pela transparência, pela solidez e pelo equilíbrio entre desempenho econômico-financeiro, responsabilidade social e valorização das pessoas. Essa atuação fortalece os vínculos institucionais e amplia o impacto positivo nas comunidades em que estamos inseridos.

Agradecemos a todos pela confiança depositada e pelo protagonismo na construção dos resultados apresentados, bem como pela contribuição para que 2025 se consolidasse como um ano relevante e promissor para o Sicoob ES. Reafirmamos o compromisso com uma atuação que vai além dos indicadores financeiros, promovendo relações justas, fortalecendo o desenvolvimento local e gerando prosperidade compartilhada, porque cooperar faz bem e o Sicoob faz bem para todos que caminham conosco. Renovamos, ainda, o convite para que sigam participando da construção de um futuro cada vez mais cooperativo, por meio da Comunidade Sicoob (www.comunidadesicoob.com.br).

Vitória/ES, 27 de janeiro de 2026
Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Balanco Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025
ATIVO		36.236.900
DISPONIBILIDADES	5.	173.573
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		21.946.509
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	219.659
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	1.518.889
Relações Interfinanceiras	7.	618.639
Operações de Crédito	8.1	19.083.996
Outros Créditos	8.2	1.894.199
Outros Ativos Financeiros	9.	67.798
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(1.456.671)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS		9.724.144
ABRANGENTES		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	9.708.804
Títulos e Valores Mobiliários	6.2	15.624
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(284)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		3.808.089
Títulos e Valores Mobiliários		3.808.089
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	6.3	26.935
OUTROS ATIVOS	10.	104.222
INVESTIMENTOS	11.	220.667
IMOBILIZADO DE USO	12.	430.002
INTANGÍVEL E ÁGIO	14.	8.010
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(205.251)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	13.	(197.952)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	14.	(7.299)
TOTAL DO ATIVO		36.236.900
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.236.900
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		29.418.977
DEPÓSITOS		23.790.542
Depósitos à Vista	15.1	5.383.471
Depósito de Poupança	15.1	618.639
Depósitos Sob Aviso	15.1	18.069
Depósitos a Prazo	15.1	17.695.184
Outros Depósitos	15.1	75.179
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		2.474.959
Recursos por Emissão de Letras	16.	2.474.959
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.975.013
Outras Relações Interfinanceiras	17.1	23
Repasse Interfinanceiros	17.2	1.974.990
OUTROS PASSIVOS		966.226
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.1	502.064
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	18.2	9.090
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	18.3	37.615
Outras Obrigações	18.4	417.457
PROVISÕES		212.237
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	19.1	113.664
Provisão para Pagamento a Efetuar	19.2	65.171
Provisão para Contingências	19.3	33.402

	Notas	31/12/2025
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.817.923
Capital Social	20.1	2.645.446
Reservas de Sobras	20.2	3.548.465
Outros Resultados Abrangentes	20.3	233
Sobras ou Perdas Acumuladas	20.6	623.779
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.236.900

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.1	5.342.051
Resultado de Operações de Crédito	23.2	3.508.571
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23.3	631.067
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23.1	1.202.413
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.645.325)
Operações de Captação no Mercado	15.3	(2.465.045)
Operações de Empréstimos e Repasses	24.	(180.280)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.696.726
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	25.	(664.540)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.032.186
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(305.277)
Rendas de Tarifas Bancárias	26.	148.039
Receitas de Prestação de Serviços	27.	417.246
Despesas de Pessoal	28.	(361.621)
Outras Despesas Administrativas	29.	(446.048)
Despesas Tributárias	30.	(11.025)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	31.	20.174
Outras Despesas Operacionais	32.	(272.010)
Outras Receitas Operacionais	33.	199.968
PROVISÕES		(16.552)
Provisões/Reversões para Contingências	34.1	620
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	34.2	(17.172)
RESULTADO OPERACIONAL		1.710.357
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	35.	5.769
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.716.126
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	18.4.I	(49.718)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.666.408

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de Reais)

	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	1.666.408
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(808)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.665.600

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRI AS	OUTRAS RESERVAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTE S	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024	2.156.280	(28.089)	2.775.852	11.080	10.669	1.041	503.031	5.429.864
Adoção Inicial Resolução CMN 4966/21			(29.444)					(29.444)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	526	-	-	(1.669)	(1.143)
Constituição de Reservas	-	-	144.965	-	-	-	(144.965)	-
Distribuição de sobras para associados	356.397	-	-	-	-	-	(356.397)	-
Outros Eventos/Reservas			2.726					2.726
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização	137.224	(23.996)	-	-	-	-	-	113.228
Por Devolução (-)	(212.734)	-	-	-	-	-	-	(212.734)
Estorno de Capital	(485)	-	-	-	-	-	-	(485)
Reversão/Realização de Fundos Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	(10.109)	(2.342)		33.594	21.143
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	(808)	-	(808)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(333.534)	(333.534)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	260.849	-	-	-	-	-	-	260.849
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva	-	-	644.542	-	-	-	(644.542)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(77.576)	(77.576)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(20.571)	(20.571)
Saldos em 31/12/2025	2.697.531	(52.085)	3.538.641	1.497	8.327	233	623.779	6.817.923

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.716.126
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	(32.825)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	(25.596)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.174)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	664.540
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	17.172
Provisões/Reversões Não Operacionais	(1.527)
Provisões/Reversões para Contingências	(620)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	397
Depreciações e Amortizações	43.097
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	2.360.590
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.281.266)
Títulos e Valores Mobiliários	1.363.178
Relações Interfinanceiras	(618.639)
Operações de Crédito	(3.173.751)
Outros Ativos Financeiros	(919.189)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(16.995)
Outros Ativos	(11.475)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais	
Depósitos à Vista	421.258
Depósitos à Poupança	618.639
Depósitos sob Aviso	(27.188)
Depósitos a Prazo	3.090.099
Outros Depósitos	75.179
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	864.771
Relações Interfinanceiras	153.663
Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.252
Outros Passivos Financeiros	(73.419)
Provisões	15.991
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	15.411
Outros Passivos	(250.491)
FATES - Atos Cooperativos	(77.576)
FATES - Atos Não Cooperativos	(20.571)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.597.471
Atividades de Investimentos	
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	25.596
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	32.825
Aquisição de Intangível	(125)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(38.536)
Aquisição de Investimentos	(73.553)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(53.793)
Atividades de Financiamentos	
Aumento por novos aportes de Capital	113.228
Devolução de Capital aos Cooperados	(212.734)

	31/12/2025
Estorno de Capital	(485)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	(1.669)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	260.849
Outros Eventos/Reservas	2.726
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	161.915
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.705.593
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa	
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.790.333
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4.495.926
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.705.593
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.	

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob ES é composta por seis Cooperativas Singulares de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2025 possuíam 211 Pontos de Atendimento Cooperativo, sendo que 143 no Espírito Santo, 58 no Rio de Janeiro, 8 na Bahia e 2 São José dos Campos (SP), atendendo a 1.017.867 associados. Além disso, o Sicoob ES possui, também, relacionamentos com 250.458 mil pessoas e empresas não associadas.

A Cooperativa Central e suas filiais são acionistas do Banco Cooperativo do Sicoob S.A (“Banco Sicoob” ou “Banco”) que é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. O Banco Sicoob possui classificação no FitchRating de curto prazo de F1+(bra), este indica a mais forte capacidade de pagamento, no prazo esperado, de compromissos financeiros em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este rating é atribuído ao menor risco de inadimplência em relação a outros do mesmo país. Quando o perfil de liquidez é particularmente forte, acrescenta-se o modificador '+' ao rating atribuído. Analisando o FitchRating de longo prazo é AAA(bra), este Rating denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. O risco de crédito embutido nessas operações difere apenas levemente do risco de emissores e obrigações com o mais alto rating do mesmo país. Já sua classificação no RiskBank é BRLP3 (baixo risco para longo prazo, até 5 anos), que é um sistema de classificação de Risco Bancário que classifica e acompanha sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos.

O Banco Sicoob ainda é o controlador do Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Sicoob DTVM”), da Ponta Administradora de Consórcios (“Consórcio Ponta”), do Sicoob Pagamentos Ltda., processadora de cartões de crédito do Sicoob, e do Sicoob Participações em Seguridade S.A. (“Sicoob PAR”) detentora de participação no Sicoob Seguradora.

O Sicoob Central ES junto com outras Cooperativas Centrais existentes no Brasil constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

O Centro Cooperativo Sicoob (CCS) tem por finalidade representar institucionalmente o Sistema e é responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas de todo o Sistema.

A Fundação Sicoob de Previdência Privada (“Sicoob Previ”) é uma entidade de previdência complementar e também faz parte do Sistema Sicoob.

Com atuação expressiva nos estados brasileiros, o Sicoob é uma instituição financeira cooperativa que possui um importante papel quanto ao aspecto social, crescimento e desenvolvimento das comunidades em que atua. O Sicoob oferece todos os produtos e serviços bancários, compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias comunidades, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

1.1 Classificação de Risco Fitch Ratings

Em 26 de agosto de 2025, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** elevou (upgrade) o **Rating Nacional de Longo Prazo** das Cooperativas do Sistema Sicoob ES para **AA+(bra)**, o que denota **baixa expectativa de risco de inadimplência**; na mesma data, reafirmou (affirmed) o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**, que indica **alta qualidade de crédito no curto prazo**. A

capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros é considerada **forte**; contudo, pode ser **mais vulnerável** a condições adversas de negócios ou econômicas do que a observada em categorias de rating superiores. Segundo a escala de **Rating Nacional** da Fitch, essa classificação representa **alta qualidade de crédito**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** do Sistema Sicoob ES, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade** e **capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, o Sistema manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em:

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Combinadas

As demonstrações contábeis combinadas (“demonstrações contábeis”) do Sicoob ES são de responsabilidade da Administração do Sicoob Central ES e foram elaboradas a partir de sua demonstração contábil e as Demonstrações Contábeis individuais das cooperativas singulares filiadas. Estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer por meio de uma única demonstração contábil, a posição consolidada de todas as atividades desenvolvidas pelo Sicoob ES, por meio das entidades que compõem o Sistema.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular Bacen nº 3.669/2013 estabelecem procedimentos e requisitos quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 27/01/2026.

(a) Critérios Utilizados na Combinação dos Saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob ES foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram excluídos os saldos de operações realizados entre as instituições.

(b) Entidades Integrantes do Sicoob Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas

Segundo o disposto na Resolução CMN 4.151/2012, artigo 4º, integram um sistema cooperativo, as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação, o banco cooperativo, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante

participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições foram consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob ES, de acordo com a Resolução CMN 4.151/2012:

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES: Instituição financeira independente, promotora da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. Foi criada pelas cooperativas singulares com o objetivo de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados e como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento.

Cooperativas de Crédito Singulares filiadas ao Sicoob Central ES: Instituições financeiras não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos. O Sistema é composto por cooperativas de crédito Clássicas.

(c) Composição Analítica da Participação das Singulares do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas:

Cooperativas	CNPJ	31/12/2025	31/12/2024
Sicoob Sul Litorâneo	32.474.884/0001-02	35.107	30.369
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	103.771	93.272
Sicoob Conexão	32.430.233/0001-10	234.348	212.360
Sicoob Coopermais	31.804.966/0001-05	68.697	60.207
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	124.645	111.308
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	43.386	36.795
Total		609.954	544.311

Também integra o Combinado do Sicoob ES o fundo de investimento “SICOOB ES Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Crédito Privado”, constituído em 09/01/2025, com capital de R\$ 1.297.615 mil, de participação exclusiva das cooperativas filiadas ao Sistema Sicoob ES.

(d) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os normativos aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sua apresentação segue os preceitos da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, com as alterações promovidas por legislações posteriores, notadamente a Lei nº 11.638/2007, que introduziu relevantes ajustes na estrutura das demonstrações contábeis; a Lei nº 11.941/2009, que reforçou a transparência e a utilidade das informações financeiras; e a Lei nº 13.818/2019, que inovou quanto às exigências relativas à divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818, de 2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924, de 2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116, de 2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **27/01/2026**.

(e) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo Banco Central do Brasil (BCB), quando aplicáveis às operações desta cooperativa de crédito, foram integralmente observados na elaboração das presentes demonstrações financeiras. Adicionalmente, os requisitos de divulgação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e pela Resolução BCB nº 352, de 2023 foram devidamente contemplados nas demonstrações relativas ao presente exercício.

(f) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**a) Mudanças em vigor**

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (i) ativo realizável e permanente;
- (iv) grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) passivo exigível;
- (iv) patrimônio líquido;
- (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando: (i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado; (ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e (iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).
- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).
- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.
- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A cooperativa continuará acompanhando a

regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

3.4 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.5 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.7 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; ii) pela venda, ou por; iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; - como os gestores do negócio são remunerados; - e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.8 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

3.9 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.10 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682, de 1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n° 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.11 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n° 4.966, de 2021 e Resolução BCB n° 352/23 para: Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”); Operações de créditos; Outros ativos financeiros; e Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB n° 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplência em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.12 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.

- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.13 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.14 Ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/1919, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.15 Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.16 Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535, de 2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.17 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534, de 2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.18 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.19 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

3.20 Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

3.21 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.22 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.23 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823, de 2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.24 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

3.25 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.26 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.27 Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

3.28 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.29 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela dispensa prevista pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	5.429.864
Perda esperada de crédito para operações de crédito	(23.857)
Perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	(6.771)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	1.184
Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	(29.444)
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	5.400.420

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

- Ativos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensuração s/ Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	7.934.593	-	810.431	CA
				7.124.162	VJORA
	Provisão para perdas esperadas	-	(293)	(293)	CA
		4.660.139	-	1.325.655	CA

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensuração s/ Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		-	1.782.405	VJORA
			-	1.552.079	VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	(6.478)	(6.478)	VJORA
Operações de Crédito	Operações de Crédito	16.397.147	1.184	16.398.331	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.123.242)	(68.659)	(1.191.901)	CA
Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	75.036	-	75.036	CA
	Provisão para perdas esperadas	(60.605)	308	(60.297)	CA
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	36.582	-	36.582	CA
	Provisão para perdas esperadas	(1.314)	(2.441)	(3.755)	CA
	CPRF	834.796	1	834.797	CA
	Provisão para perdas esperadas	(28.798)	14.522	(14.276)	CA
Demais Ativos	Outros Ativos	751.556	-	751.556	CA
Total Ativos		29.475.890	(61.856)	29.414.034	

- Passivos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/ Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
	Depósitos	19.612.556	-	19.612.556	CA

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	1.610.189	-	1.610.189	CA
	Relações Interfinanceiras	1.821.325	-	1.821.325	CA
Provisões E Outras Obrigações Com Instrumentos Financeiros	Provisões E Outras Obrigações Com Instrumentos Financeiros	83.385	(32.412)	50.973	CA
Demais Passivos	Outros Passivos Financeiros	918.570	-	918.570	CA
Total Passivos		24.046.025	(32.412)	24.013.613	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes para mensuração a valor justo de ativos financeiros reclassificados entre categorias contábeis, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades (a)	173.573	-	173.573
Caixa	76.157	-	76.157
Numerário em trânsito	96.432	-	96.432
Depósitos Bancários	984	-	984
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Tít. e Valores Mobiliários (b)	4.322.353	-	4.322.353
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Custo Amortizado	87.681	-	87.681
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - VJORA	717.086	-	717.086
Títulos e Valores Mobiliários - VJR	3.517.586	-	3.517.586
Total	4.495.926	-	4.495.926

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. Instrumentos Financeiros

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Custo Amortizado	219.472	(187)	219.285
Aplicação em depósitos Interfinanceiros	131.791	(187)	131.604
Aplicação em depósitos Interfinanceiros – Revenda a Liquidar Posição Bancada (a)	87.681	-	87.681
Títulos e Valores Mobiliários - Custo Amortizado	1.518.889	-	1.518.889
Títulos Públicos Federais	1.518.889	-	1.518.889
TOTAL	1.738.361	(187)	1.738.174

- a) Trata-se de investimento do SICOOB ES FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, constituído em 09/01/2025 de capital exclusivamente constituído pelas Cooperativas Filiadas do Sistema Sicoob ES.

6.1.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – CA	Índice	31/12/2025
Circulante		124.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		87.681
Aplicação em depósitos Interfinanceiros – Revenda a Liquidar Posição Bancada		87.681
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		36.900
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	96%CDI	5.291
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101,5% CDI	12.305
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	PRE	19.304
Não circulante		1.613.967
Aplicações em depósitos interfinanceiros		95.078
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	85.437
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	5.923

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – CA	Índice	31/12/2025
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	103% CDI	2.453
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104% CDI	619
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104,5% CDI	646
Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento – carteira própria		1.518.889
LFTM – Administrado	SELIC	805.015
LFT – Administrado	SELIC	713.874
Total Geral		1.738.548

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - VJORA	9.708.804	-	9.708.804
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	9.708.804	-	9.708.804
Títulos e Valores Mobiliários - VJORA	15.625	(284)	15.341
Títulos Privados de Entidades não Financeiras	15.625	(284)	15.341
TOTAL	9.724.428	(284)	9.724.144

6.2.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários - VJORA	Índice	31/12/2025
Circulante		6.707.979
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		717.086
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	88
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	716.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		5.975.268
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	5.052
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	5.968.471
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	1.745

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários - VJORA	Índice	31/12/2025
<i>Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento – 90 a 360 dias</i>		15.625
Debêntures	CDI	15.625
Não circulante		3.016.449
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros</i>		3.016.449
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	49.362
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	11.864
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	2.955.223
Total Geral		9.724.428

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários - VJR	3.808.089	-	3.808.089
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen	35.606	-	35.606
Títulos Privados de Instituições Financeiras	1.384.108		1.384.108
Cotas de Fundo	2.152.872	-	2.152.872
Participações de Cooperativas	235.503	-	235.503
TOTAL	3.808.089	-	3.808.089

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

6.3.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:

Títulos e Valores Mobiliários - VJR	Índice	31/12/2025
Circulante		3.517.586
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		3.517.586
Títulos para negociação		3.517.586
Fundo de centralização	Pós-fixado	602.141

Títulos e Valores Mobiliários - VJR	Índice	31/12/2025
Fundo Institucional	Pós-fixado	1.531.091
Títulos Privados de Instituições Financeiras (a)		1.384.108
Fundo BB Renda Fixa	Pré-Fixado	246
Não circulante		290.503
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		19.394
Cotas de Fundo Imobiliário		19.394
<i>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		35.606
LFT – Administrado	CDI	35.606
<i>Participação em Cooperativas</i>		235.503
Sicoob Confederação		20.449
Participação em Instituição Finan. Controlada por Coop Crédito - Banco Sicoob		214.654
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		399
Outras Participações		1
Total Geral		3.808.089

a) Trata-se de investimento do SICOOB ES FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, constituído em 09/01/2025 de capital exclusivamente constituído pelas Cooperativas Filiadas do Sistema Sicoob ES.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	804.767	6.012.168	3.111.528	9.928.463
Títulos e Valores Mobiliários - Livres	3.517.586	15.625	1.809.391	5.342.602
TOTAL	4.322.353	6.027.793	4.920.919	15.271.065

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.738.548	(187)	1.738.548
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	9.724.428	(284)	9.724.428
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	3.808.089	-	3.808.089
TOTAL	15.271.065	(471)	15.271.065

7. Relações Interfinanceiras ao Custo Amortizado

Neste grupo são registrados os valores de relações interfinanceiras, como por exemplos valores de correspondentes e Recursos de Poupança junto ao Banco Sicoob.

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total 31/12/2025
Recursos Transferidos Poupança Rural	618.639	-	618.639
Total	618.639	-	618.639

8. Operações de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

8.1. Composição da Carteira de Operações de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total 31/12/2025
Adiantamento a Depositante	6.980	-	6.980
Empréstimos/Cheque Especial	4.810.279	6.157.843	10.968.122
Títulos Descontados	533.426	6	533.432
Financiamentos	1.153.484	2.735.635	3.889.119
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.996.247	1.690.096	3.686.343
Total das Operações Crédito	8.500.416	10.583.580	19.083.996

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Adiantamento. a Dep	Empréstimos/ Ch. Especial	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C1	Não Problemáticos	-	2.447.779	-	669.536	381.746	3.499.061	(18.515)
C1	Problemáticos Adimplidos	-	206.944	-	6.757	5.962	219.663	(94.583)
C1	Problemáticos Inadimplidos	-	59.936	-	9.323	818	70.077	(48.994)
C2	Não Problemáticos	-	2.183.321	-	1.975.286	242.436	4.401.043	(126.110)
C2	Problemáticos Adimplidos	-	165.406	-	51.882	3.421	220.709	(141.040)
C2	Problemáticos Inadimplidos	-	130.475	-	33.964	2.000	166.439	(135.018)
C3	Não Problemáticos	-	4.463.154	511.282	1.110.450	2.957.908	9.042.794	(203.520)
C3	Problemáticos Adimplidos	-	198.288	9.603	14.435	21.035	243.361	(172.138)
C3	Problemáticos Inadimplidos	-	191.701	12.547	17.446	33.187	254.881	(223.151)
C4	Não Problemáticos	-	150.165	-	-	14.532	164.697	(7.995)
C4	Problemáticos Adimplidos	-	5.470	-	-	23	5.493	(5.129)

Carteira	Curso da Operação	Adiantamento. a Dep	Empréstimos/ Ch. Especial	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C4	Problemáticos Inadimplidos	-	19.952	-	-	18	19.970	(17.328)
C5	Não Problemáticos	616	606.467	-	40	23.131	630.254	(21.125)
C5	Problemáticos Adimplidos	219	48.914	-	-	126	49.259	(32.304)
C5	Problemáticos Inadimplidos	6.145	90.150	-	-	-	96.295	(81.092)
Não Problemáticos		616	9.850.886	511.282	3.755.312	3.619.753	17.737.849	(377.265)
Problemáticos Adimplidos		219	625.022	9.603	73.074	30.567	738.485	(445.194)
Problemáticos Inadimplidos		6.145	492.214	12.547	60.733	36.023	607.662	(505.583)
Total Operações de Crédito		6.980	10.968.122	533.432	3.889.119	3.686.343	19.083.996	(1.328.042)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	6.980	-	-	6.980
Cheque Especial/Conta garantida	297.344	-	-	297.344
Empréstimos	1.271.709	3.241.226	6.157.843	10.670.778
Títulos Descontados	467.611	65.815	6	533.432
Financiamentos	343.116	810.368	2.735.635	3.889.119
Financiamentos Rurais	303.421	1.692.826	1.690.096	3.686.343
TOTAL	2.690.181	5.810.235	10.583.580	19.083.996

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.098.503	579.219	386.261	4.063.983	21%
Setor Privado - Indústria	644.681	117.020	108.124	869.825	5%
Setor Privado - Serviços	6.229.530	2.177.344	317.207	8.724.081	46%
Pessoa Física	1.476.733	991.473	2.822.024	5.290.230	28%
Outros	69.782	29.335	52.746	151.863	1%
TOTAL	11.519.229	3.894.391	3.686.362	19.099.982	100%

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, foi implementada de forma prospectiva a TJEO, passando a incluir os custos e receitas gerados pelas novas transações que atendem aos critérios para aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros, a partir de 1º de janeiro de 2025. Assim, esses custos e receitas foram adicionados aos saldos contábeis brutos das transações e registrados no resultado que totalizaram R\$ 5.600 mil.

e) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	219.492	1%
10 Maiores Devedores	1.504.826	8%
50 Maiores Devedores	3.514.700	18%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	1.461.520
Valor das operações transferidas no período	410.074
Valor das operações recuperadas no período	(122.200)
TOTAL	1.749.394

g) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Curso da Operação	Adiantamento a Depositantes/ Cheque Especial	Empréstimos	Direitos Creditórios Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Saldo 31/12/2025
Não Problemáticos	(151)	(280.768)	(2.356)	(72.937)	(21.053)	(377.265)
Problemáticos Adimplidos	(116)	(382.209)	(3.832)	(43.931)	(15.106)	(445.194)
Problemáticos Inadimplidos	(5.086)	(414.717)	(9.908)	(46.209)	(29.663)	(505.583)
Total Provisão	(5.353)	(1.077.694)	(16.096)	(163.077)	(65.822)	(1.328.042)

h) Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total 31/12/2025
Adiantamentos a Depositantes	-	616	6.364	6.980
Direitos Creditórios Descontados	499.433	11.848	22.151	533.432
Empréstimos	9.536.364	314.523	1.117.235	10.968.122
Financiamentos	3.664.238	91.075	133.806	3.889.119
Financiamentos Rurais	3.593.579	26.174	66.590	3.686.343
Total	17.293.614	444.236	1.346.146	19.083.996

i) Migração de Estágios da Carteira

Movimentação Carteira						
Estágio 1						
Descrição	Adiantamentos a Depositantes	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total
Saldo Inicial	-	521.706	7.914.764	3.364.170	2.593.202	14.393.842
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	(154.149)	(48.603)	(16.417)	(219.169)
(-) Transferido para Estágio 3	-	(4.010)	(304.364)	(75.280)	(42.783)	(426.437)
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	398.219	11.739	1.194	411.152
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	33.747	12.703	5.617	52.067
(+) Aquisição	-	499.432	5.189.269	1.528.121	2.378.303	9.595.125
(+) Apropriação de Juros	-	313	185.784	39.309	50.260	275.666
(-) Liquidação	-	(517.944)	(2.340.769)	(443.509)	(1.147.801)	(4.450.023)
(-) Liquidação Parcial	-	(1)	(1.384.561)	(724.175)	(227.996)	(2.336.733)

Movimentação Carteira						
(-) Baixa para prejuízo	-	(63)	(1.576)	(237)	-	(1.876)
Saldo Final	-	499.433	9.536.364	3.664.238	3.593.579	17.293.614
Estágio 2						
Descrição	Adiantamentos a Depositantes	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total
Saldo Inicial	3.073	22.869	941.860	82.494	16.863	1.067.159
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	(398.219)	(11.739)	(1.194)	(411.152)
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	(800)	(1.081)	(133.049)	(19.348)	(4.095)	(158.373)
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	154.149	48.603	16.417	219.169
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	8	-	4.281	475	79	4.843
(+) Aquisição	487	11.849	110.553	31.182	5.551	159.622
(+) Apropriação de Juros	595	56	12.437	878	206	14.172
(-) Liquidação	(2.300)	(21.251)	(166.937)	(18.876)	(6.119)	(215.483)
(-) Liquidação Parcial	(447)	-	(165.017)	(19.095)	(1.527)	(186.086)
(-) Baixa para prejuízo	-	(594)	(45.535)	(3.499)	(7)	(49.635)
Saldo Final	616	11.848	314.523	91.075	26.174	444.236
Estágio 3						
Descrição	Adiantamentos a Depositantes	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total
Saldo Inicial	6.136	18.604	773.874	103.711	33.823	936.148
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	(33.747)	(12.703)	(5.617)	(52.067)
(-) Transferido para Estágio 2	(8)	-	(4.281)	(475)	(79)	(4.843)
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	4.010	304.364	75.280	42.783	426.437
(+) Transferido do Estágio 2	800	1.081	133.049	19.348	4.095	158.373
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-	-	-	-
(+) Aquisição	2.007	16.329	414.270	20.108	9.214	461.928
(+) Apropriação de Juros	1.434	44	4.777	9	132	6.396
(-) Liquidação	(3.554)	(9.492)	(179.859)	(31.107)	(7.705)	(231.717)
(-) Liquidação Parcial	(451)	-	(67.883)	(16.234)	(6.165)	(90.733)
(-) Baixa para prejuízo	-	(8.425)	(227.329)	(24.131)	(3.891)	(263.776)
Saldo Final	6.364	22.151	1.117.235	133.806	66.590	1.346.146
Total	6.980	533.432	10.968.122	3.889.119	3.686.343	19.083.996

8.2 Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizados

a) Composição da carteira de Outras Operações com Características de Concessão de Crédito por modalidade:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total 31/12/2025
Créditos por Avais e Fianças Honrados	123.691	12	123.703
Devedores por Compra de Valores e Bens	15.272	36.505	51.777
CPRF – Cédula de Produto Rural	684.476	1.034.243	1.718.719
Total das Outras Operações de Crédito	823.439	1.070.760	1.894.199

O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a Linha de Crédito CPRF – PJ, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Carteira	Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR - Cédula De Produto Rural	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C1	Não Problemáticos	-	16.850	389.404	406.254	(715)
C1	Problemáticos Adimplidos	-	2.470	7.890	10.360	(4.560)
C1	Problemáticos Inadimplidos	-	33	1.908	1.941	(1.221)
C2	Não Problemáticos	-	6.643	75.753	82.396	(764)
C2	Problemáticos Adimplidos	-	100	1.829	1.929	(835)
C2	Problemáticos Inadimplidos	-	1	798	799	(463)
C3	Não Problemáticos	-	1.884	1.198.099	1.199.983	(6.667)
C3	Problemáticos Adimplidos	-	764	7.998	8.762	(3.949)
C3	Problemáticos Inadimplidos	317	-	3.846	4.163	(3.374)
C4	Não Problemáticos	-	-	30.774	30.774	(178)
C4	Problemáticos Adimplidos	-	-	214	214	(97)
C4	Problemáticos Inadimplidos	-	-	206	206	(100)

Carteira	Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR - Cédula De Produto Rural	Saldo 31/12/2025	Provisões 31/12/2025
C5	Não Problemáticos	-	14.434	-	14.434	(607)
C5	Problemáticos Adimplidos	32.647	8.570	-	41.217	(29.891)
C5	Problemáticos Inadimplidos	90.739	28	-	90.767	(75.021)
Não Problemáticos		-	39.811	1.694.030	1.733.841	(8.931)
Problemáticos Adimplidos		32.647	11.904	17.931	62.482	(39.332)
Problemáticos Inadimplidos		91.056	62	6.758	97.876	(80.179)
Total – Outras Operações com Caract.de Concessão de Crédito - CA		123.703	51.777	1.718.719	1.894.199	(128.442)

c) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outras Operações com Características de Concessão de Crédito, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Curso da Operação	Avais e Fianças Honrados	Devedores Por Compra De Valores E Bens	CPR - Cédula De Produto Rural	31/12/2025
Não Problemáticos	-	(848)	(8.083)	(8.931)
Problemáticos Adimplidos	(21.354)	(10.261)	(7.717)	(39.332)
Problemáticos Inadimplidos	(75.256)	(35)	(4.888)	(80.179)
Total Geral - Provisões	(96.610)	(11.144)	(20.688)	(128.442)

d) Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total 31/12/2025
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	38.135	1.677	135.668	175.480
CPR - Cédula De Produto Rural	1.679.472	14.558	24.689	1.718.719
Total	1.717.607	16.235	160.357	1.894.199

e) Migração de Estágios da Carteira

Movimentação Carteira			
Estágio 1			
Descrição	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Saldo Inicial	34.652	1.195.765	1.230.417
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	(1.177)	(9.593)	(10.770)
(-) Transferido para Estágio 3	(1.868)	(18.286)	(20.154)
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	49	1.599	1.648
(+) Transferido do Estágio 3	-	888	888
(+) Aquisição	16.659	885.135	901.794
(+) Apropriação de Juros	-	7.007	7.007
(-) Liquidação	(3.123)	(190.902)	(194.025)

Movimentação Carteira			
(-) Liquidação Parcial	(7.057)	(192.141)	(199.198)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	-
Saldo Final	38.135	1.679.472	1.717.607
Estágio 2			
Descrição	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Saldo Inicial	862	7.860	8.722
(-) Transferido para Estágio 1	(49)	(1.599)	(1.648)
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	(304)	(1.147)	(1.451)
(+) Transferido do Estágio 1	1.175	9.593	10.768
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	38	38
(+) Aquisição	275	2.004	2.279
(+) Apropriação de Juros	-	75	75
(-) Liquidação	(18)	(600)	(618)
(-) Liquidação Parcial	(264)	(1.666)	(1.930)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	-
Saldo Final	1.677	14.558	16.235
Estágio 3			
Descrição	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Saldo Inicial	76.209	9.510	85.719
(-) Transferido para Estágio 1	-	(888)	(888)
(-) Transferido para Estágio 2	-	(38)	(38)
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	1.868	18.286	20.154
(+) Transferido do Estágio 2	304	1.147	1.451
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-
(+) Aquisição	126.583	3.409	129.992
(+) Apropriação de Juros	22	10	32
(-) Liquidação	(10.482)	(3.328)	(13.810)
(-) Liquidação Parcial	(351)	(1.284)	(1.635)
(-) Baixa para prejuízo	(58.485)	(2.135)	(60.620)
Saldo Final	135.668	24.689	160.357
Total	175.480	1.718.719	1.894.199

8.3 Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução **4.966 do Conselho Monetário Nacional de 25 de novembro de 2021**, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

Descrição	31/12/2025			
	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão
Provisões de Operações de a Custo Amortizado				

Descrição	31/12/2025			
	Não Problemáticos	Problemáticos Adimplidos	Problemáticos Inadimplidos	Total Provisão
Provisão Aplicação em Depósitos Interfinanceiros	(187)	-	-	(187)
Aplicação em depósitos Interfinanceiros	(187)	-	-	(187)
Provisão Operações de Crédito	(377.265)	(445.194)	(505.583)	(1.328.042)
Adiantamento a Depositantes/ Cheque Especial	(151)	(116)	(5.086)	(5.353)
Empréstimos	(280.768)	(382.209)	(414.717)	(1.077.694)
Direitos Creditórios Descontados	(2.356)	(3.832)	(9.908)	(16.096)
Financiamentos	(72.937)	(43.931)	(46.209)	(163.077)
Financiamentos Rurais	(21.053)	(15.106)	(29.663)	(65.822)
Provisão Outras Operações Com Carat. De Concessão de Crédito	(8.931)	(39.332)	(80.179)	(128.442)
Avais e Fianças Honrados	-	(21.354)	(75.256)	(96.610)
Devedores Por Compra De Valores E Bens	(848)	(10.261)	(35)	(11.144)
CPR - Cédula De Produto Rural	(8.083)	(7.717)	(4.888)	(20.688)
Total Provisões de Operações de a Custo Amortizado	(386.383)	(484.526)	(585.762)	(1.456.671)
Provisões de Operações ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes				
Provisão Títulos e Valores Mobiliários	(284)	-	-	(284)
Títulos e Valores Mobiliários	(284)	-	-	(284)
Total Provisão Títulos e Valores Mobiliários	(284)	-	-	(284)
Provisões de Operações ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-
Total de Provisões de Ativos Financeiros	(386.667)	(484.526)	(585.762)	(1.456.955)

a) Migração de Estágios da Provisão

Movimentação Provisão da Carteira								
Estágio 1								
Descrição	Adiantamento. a Dep	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiam entos Rurais	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Provisão Inicial	-	(2.436)	(275.157)	(63.814)	(16.889)	(567)	(10.950)	(369.813)
(-) Transf. para Estágio 1	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transf. para Estágio 2	-	-	10.997	2.617	289	62	199	14.164
(-) Transf. para Estágio 3	-	37	24.863	4.004	975	60	296	30.235
(+) Transf. do Estágio 1	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transf. do Estágio 2	-	-	(48.246)	(1.226)	(55)	(7)	(63)	(49.597)
(+) Transf. do Estágio 3	-	-	(32.398)	(11.296)	(4.101)	-	(652)	(48.447)
(+) Const. Novas Operações	-	(2.224)	(119.798)	(29.379)	(13.303)	(555)	(3.438)	(168.697)
(+) Const. Aumento de Provisão	-	-	(27.525)	(7.319)	(1.782)	(11)	(581)	(37.218)
(-) Reversão Total	-	2.398	72.976	9.457	6.031	40	1.197	92.099
(-) Reversão Parcial	-	-	152.466	35.516	8.767	322	6.774	203.845
(-) Baixa para pjz (Provisão)	-	1	280	9	-	-	-	290
Provisão Final	-	(2.224)	(241.542)	(61.431)	(20.068)	(656)	(7.218)	(333.139)
Estágio 2								

Movimentação Provisão da Carteira								
Descrição	Adiantamento. a Dep	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiam entos Rurais	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Provisão Inicial	(785)	(202)	(127.280)	(9.207)	(1.095)	(112)	(481)	(139.162)
(-) Transf. para Estágio 1	-	-	246.685	60.249	13.748	413	9.972	331.067
(-) Transf. para Estágio 2	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transf. para Estágio 3	1.643	7.788	540.567	53.796	11.068	54.213	3.411	672.486
(+) Transf. do Estágio 1	-	(37)	(201.901)	(54.348)	(10.858)	(528)	(9.753)	(277.425)
(+) Transf. do Estágio 2	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transf. do Estágio 3	(1.481)	(7.726)	(507.580)	(57.655)	(13.936)	(54.103)	(3.650)	(646.131)
(+) Const. Novas Operações	(120)	(132)	(12.455)	(3.821)	(324)	(52)	(103)	(17.007)
(+) Const. Aumento de Provisão	(17)	-	(10.933)	(3.892)	(678)	(52)	(418)	(15.990)
(-) Reversão Total	583	168	14.914	1.638	378	2	23	17.706
(-) Reversão Parcial	27	-	9.450	1.257	180	28	134	11.076
(-) Baixa para piz (Provisão)	-	8	9.310	475	-	-	-	9.793
Provisão Final	(150)	(133)	(39.223)	(11.508)	(1.517)	(191)	(865)	(53.587)
Estágio 3								
Descrição	Adiantamento. a Dep	Direitos Creditórios Descontados	Empréstimos	Financiamentos	Financiam entos Rurais	Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	Total
Provisão Inicial	(4.468)	(11.741)	(591.291)	(69.894)	(17.349)	(60.891)	(5.323)	(760.957)
(-) Transf. para Estágio 1	-	-	246.685	60.249	13.748	413	9.972	331.067
(-) Transf. para Estágio 2	40	-	25.285	5.051	694	114	477	31.661
(-) Transf. para Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Transf. do Estágio 1	-	(37)	(201.901)	(54.348)	(10.858)	(528)	(9.753)	(277.425)
(+) Transf. do Estágio 2	(203)	(26)	(103.056)	(7.094)	(717)	(109)	(458)	(111.663)
(+) Transf. do Estágio 3	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Const. Novas Operações	(1.402)	(8.532)	(271.137)	(14.525)	(4.301)	(99.076)	(1.424)	(400.397)
(+) Const. Aumento de Provisão	(2.474)	(4.886)	(300.645)	(57.193)	(34.383)	(3.228)	(9.882)	(412.691)
(-) Reversão Total	2.987	(3.418)	(159.713)	(8.761)	240	(42.408)	(73)	(211.146)
(-) Reversão Parcial	317	7.468	315.416	35.376	4.714	49.611	2.114	415.016
(-) Baixa para piz (Provisão)	-	7.433	243.428	21.001	3.174	49.195	1.745	325.976
Provisão Final	(5.203)	(13.739)	(796.929)	(90.138)	(45.038)	(106.907)	(12.605)	(1.070.559)

Movimentação Provisão da Carteira								
Total Provisão	(5.353)	(16.096)	(1.077.694)	(163.077)	(66.623)	(107.754)	(20.688)	(1.457.285)

O dentro da movimentação da provisão de Financiamentos Rurais estão contidos R\$ 801 mil referentes às Perdas Esperadas – Créditos a Liberar Nota 19.1.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (a)	34.637	-	34.637
Serviços prestados a receber	31.503	-	31.503
Rendas a receber- Transações Interfinanceiras	534	-	534
Rendas a receber- Seguros	1.228	-	1.228
Outras Rendas a Receber	1.372	-	1.372
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	30.248	30.248
Para interposição de recursos fiscais	-	85	85
PIS - Depósito Judicial	-	3.403	3.403
PIS Folha - Depósito Judicial	-	4.756	4.756
COFINS - Depósito Judicial	-	16.831	16.831
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	3.838	3.838
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	1.335	1.335
Títulos e Créditos a Receber (c)	2.913	-	2.913
TOTAL	37.550	30.248	67.798

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	21.003	-	21.003
CSLL não compensado no próprio exercício	4.026	-	4.026
ISS - imposto s/serviços - a compensar	61	-	61
Valores a restituir - PERDCOMP	1.670	144	1.814
Outros impostos e contribuições a compensar	31	-	31
TOTAL	26.791	144	26.935

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	353	-	353
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	5.865	-	5.865
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	1.069	-	1.069
Pagamentos a Ressarcir	16.855	-	16.855
Devedores Diversos - País	3.662	-	3.662
Ativos em Estoque	951	-	951
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios (a)	-	2.080	2.080
Veículos	-	26	26
Instalações, Móveis e Equipamentos	-	996	996
Outros Imóveis	-	1.058	1.058
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Próprios (c)	-	(1.079)	(1.079)
(-) Instalações, Móveis e Equipamentos	-	(21)	(21)
(-) Imóveis	-	(1.058)	(1.058)
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (b)	29.169	68.893	98.062
Veículos	3.670	339	4.009
Outros Imóveis	23.683	67.294	93.977
Outros	1.816	1.260	3.076
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(4.950)	(23.904)	(28.854)
(-) Veículos	-	(30)	(30)
(-) Outros Imóveis	(4.950)	(23.659)	(28.609)
(-) Intangíveis	-	(215)	(215)
Despesas Antecipadas (d)	4.197	1.060	5.257
Prêmios de Seguro	309	-	309
Software	1.051	-	1.051
Propaganda e Publicidade	2.564	1.060	3.624
Outras Despesas Antecipadas	274	-	274
TOTAL	57.172	47.050	104.222

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

12. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Participações em Coligadas e Controladas no País - Banco Sicoob (a)	215.767	-	215.767
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	4.900	-	4.900

TOTAL	220.667	-	220.667
-------	---------	---	---------

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou no primeiro semestre de 2025, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 19.145 mil.

12.1 Método de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro 2025:

31/12/2025			
Descrição	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)
Número de ações/quotas (unid.)	89.198.696	12.500	400.000
Patrimônio Líquido das Investidas	5.375.151	146	4.883
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	19.145	1	1.028
% de Participação no Capital Social das Investidas	3,61%	11%	100%
Valor do Investimento	189.564	13	400
Equivalência Patrimonial	26.203	4	4.483

12.2 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro 2025:

31/12/2025				
Descrição	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)	Total
Saldo em 31/12/2024	179.098	16	3.856	182.970
Aumento de Capital	42.692	-	-	42.692
Equivalência Patrimonial	19.145	1	1.027	20.174
Dividendos Recebidos	(24.201)	-	-	(24.201)
Ajuste a Valor de Mercado	(967)	-	-	(967)
Saldo em 31/12/2025	215.767	17	4.883	220.667

13. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

31/12/2025				
Descrição	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		19.488	-	19.488
Terrenos		21.885	-	21.885
Edificações	4%	57.459	(15.667)	41.792
Instalações	4-25%	182.475	(97.989)	84.486
Mobiliários	10%	35.332	(16.938)	18.394
Máquinas	10%	2.269	(1.066)	1.203
Aparelhos de Refrigeração	10%	17.267	(8.182)	9.085
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	75.487	(47.145)	28.342
Alarme	10%	892	(438)	454
Cabines de Segurança	10%	3.069	(1.620)	1.449
Armas e Equipamentos	10%	6.053	(3.526)	2.527
Equipamentos de Vigilância e Segurança	10%	2.805	(1.631)	1.174
Equipamentos de Comunicação	10%	2.057	(1.499)	558
Veículos	20%	3.464	(2.251)	1.213
Total Imobilizado de Uso e Depreciação		430.002	(197.952)	232.050

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A despesa com depreciação no exercício de 2025 foi de R\$ 42.634 mil.

14. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Direitos Relativos a Carteiras De Clientes	10-20%	170	(170)	-

Direitos De Exclusividade Ou Preferência	10-20%	250	(250)	-
Software	10-20%	457	(457)	-
Licenças e Direitos Autorais de Uso	10-20%	7.133	(6.422)	711
Total Intangível e Amortização Acumulada		8.010	(7.299)	711

A despesa com amortização no exercício de 2025 foi de R\$ 463 mil.

15. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

São obrigações financeiras reconhecidas pelo valor originalmente recebido, posteriormente ajustado pelos encargos, juros e amortizações incorridos ao longo do tempo.

15.1 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	5.383.471	-	5.383.471
Depósitos de Poupança	618.639	-	618.639
Depósitos Sob Aviso (b)	18.069	-	18.069
Depósitos a Prazo (b)	17.597.441	97.743	17.695.184
Outros Depósitos	75.179	-	75.179
TOTAL	23.692.799	97.743	23.790.542

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

15.2 Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	266.954	1%
10 Maiores Depositantes	1.203.644	5%
50 Maiores Depositantes	2.494.477	10%

15.3 Despesas com Operações de Captação de Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2025
Despesas de Depósitos de Poupança	(4.257)
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(6.194)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.179.440)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(220.775)
Despesas de Letras Financeiras	(20.159)
Despesas de Letras Crédito Imobiliário	(1)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(34.219)
TOTAL	(2.465.045)

16. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

16.1 Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Crédito Imobiliário e Similares

Em 31 de dezembro de 2025, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI	751	-	751
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (a)	1.365.151	831.680	2.196.831
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras – LF (b)	277.377	-	277.377
TOTAL	1.643.279	831.680	2.474.959

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra Financeira - LF, é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo (Resolução CMN nº 5.007/2022).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.3 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

17. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

17.1 Outras Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes no País	23	-	23
TOTAL	23	-	23

17.2 Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	752.262	1.222.728	1.974.990
TOTAL	752.262	1.222.728	1.974.990

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

18. Outros Passivos

18.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País - Instituições Oficiais (MAPA)	466.839	35.225	502.064
TOTAL	466.839	35.225	502.064

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

18.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	8.258	-	8.258
Recebimentos de Tributos Municipais	832	-	832
TOTAL	9.090	-	9.090

18.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2.046	-	2.046
Impostos e Contribuições sobre Salários	10.082	-	10.082
IRRF sobre Aplicações Financeiras	12.426	-	12.426
ISSQN a Recolher	687	-	687
PIS Faturamento a Recolher	40	-	40
COFINS Faturamento a Recolher	244	-	244
IRRF sobre Juros ao Capital	12.090	-	12.090
TOTAL	37.615	-	37.615

18.4 Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	339.633	-	339.633
Provisão para Participações nos Lucros (I)	49.395	-	49.395
Cotas de Capital a Pagar (II)	62.514	-	62.514
Resultado de Atos com Associados (III)	192.255	-	192.255
Resultado de Atos com Não Associados (III)	23.466	-	23.466
Gratificações e participações a pagar	12.003	-	12.003
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (IV)	27.944	-	27.944
Credores Diversos – Pais (V)	40.849	-	40.849
Pagamento a Processar	17.878	-	17.878
Taxas de Alienação a Repassar	557	-	557
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	2.660	-	2.660
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	3.617	-	3.617

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	11.355	-	11.355
Valores a Liquidar Consignado	1.935	-	1.935
Outros Credores Diversos - País	2.847	-	2.847
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.253	-	7.253
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.778	-	1.778
TOTAL	417.457	-	417.457

- I. A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão de R\$ 49.718 mil no exercício de 2025, a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- II. Refere-se ao valor da cota-capital a ser devolvido aos associados que formalizaram pedido de desligamento do quadro social da Cooperativa.
- III. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872, de 2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764, de 1971.
- IV. O saldo registrado sob a rubrica "Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros" corresponde a valores destinados ao pagamento de salários, vencimentos e obrigações correlatas, decorrentes de contratos firmados entre a Cooperativa e a instituição pagadora para intermediação da folha de pagamento.
- V. Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	113.664	-	113.664
Provisão para Pagamento a Efetuar	65.171	-	65.171
Provisão para Contingências	33.402	-	33.402
TOTAL	212.237	-	212.237

19.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito	43.608	-	43.608
Perdas Esperadas – Cheque Especial	8.077	-	8.077
Perdas Esperadas – Cheque Especial – PJ	15.696	-	15.696
Perdas Esperadas – Crédito Rotativo	19.835	-	19.835
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	801	-	801
Perdas Esperadas – Créditos a Liberar	801	-	801
Receitas a Apropriar - Garantias Financeiras Prestadas	1.754	-	1.754
Prêmios Recebidos – Garantias Financeiras Prestadas	1.754	-	1.754
Garantias Financeiras Prestadas	67.501	-	67.501
Perdas Esperadas – Garantias Financeiras Prestadas	67.501	-	67.501
TOTAL	113.664	-	113.664

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. O total de garantias financeiras prestadas pela cooperativa em 31/12/2025 R\$ 4.274.076 mil.

a) Movimentação de transferência de Estágio Garantias Financeiras Prestadas

Movimentação Garantias Financeiras Prestadas	
Estágio 1	
Descrição	Garantias Financeiras Prestadas
Provisão Inicial	18.514
(-) Transf. para Estágio 1	-
(-) Transf. para Estágio 2	(551)
(-) Transf. para Estágio 3	(493)
(+) Transf. do Estágio 1	-
(+) Transf. do Estágio 2	891
(+) Transf. do Estágio 3	4.748
(+) Constituição Novas Operações	9.171
(+) Constituição Aumento de Provisão	4.315
(-) Reversão Total	(3.393)
(-) Reversão Parcial	(11.066)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	22.136
Estágio 2	
Descrição	Garantias Financeiras Prestadas
Provisão Inicial	4.268
(-) Transf. para Estágio 1	(19.717)
(-) Transf. para Estágio 2	-
(-) Transf. para Estágio 3	(14.503)

Movimentação Garantias Financeiras Prestadas	
(+) Transf. do Estágio 1	15.121
(+) Transf. do Estágio 2	-
(+) Transf. do Estágio 3	18.604
(+) Constituição Novas Operações	1.967
(+) Constituição Aumento de Provisão	2.145
(-) Reversão Total	(1.939)
(-) Reversão Parcial	(563)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	5.383
Estágio 3	
Descrição	Garantias Financeiras Prestadas
Provisão Inicial	27.928
(-) Transf. para Estágio 1	(19.717)
(-) Transf. para Estágio 2	(1.835)
(-) Transf. para Estágio 3	-
(+) Transf. do Estágio 1	15.121
(+) Transf. do Estágio 2	2.329
(+) Transf. do Estágio 3	-
(+) Constituição Novas Operações	7.534
(+) Constituição Aumento de Provisão	21.123
(-) Reversão Total	(9.323)
(-) Reversão Parcial	(3.178)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	39.982
Total Provisão	67.501

19.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	25.237	-	25.237
Água, Energia e Gás	110	-	110
Aluguéis	1.539	-	1.539
Custodia de Valores e Bens	269	-	269
Comunicações	315	-	315
Propaganda e Publicidade	2.916	-	2.916
Promoções E Relações Públicas	132	-	132
Transporte	664	-	664
Seguro	719	-	719
Compensação	1.160	-	1.160
Seguro Prestamista	6.856	-	6.856
Despesas com Cartões	12.552	-	12.552
Custos de Transações Interfinanceiras	1.331	-	1.331
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	5.521	-	5.521
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	2.542	-	2.542
Encargo por Concessão de Garantia a repassar	1.258	-	1.258

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.050	-	2.050
TOTAL	65.171	-	65.171

19.3 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	33.402	33.402
TOTAL	-	33.402	33.402

a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais - Passivo	Depósitos Judiciais - Ativo
Para Interposição de Recursos Fiscais	-	85
PIS (a)	3.403	3.403
COFINS (a)	16.831	16.831
PIS FOLHA (b)	4.756	4.756
Trabalhistas	5.019	3.838
Contingências Cíveis	3.393	-
Outras Contingências	-	1.335
TOTAL	33.402	30.248

a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

b) PIS FOLHA - quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexistia lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CONEXAO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 4.952 mil**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	2.645.446
Associados	1.017.867

20.2 Reservas de Sobras

Descrição	31/12/2025
Fundo de Reserva	3.538.641
Reserva Estatutária	1.497
Outras Reservas	8.327
Total Reservas de Sobras	3.548.465

20.2.1 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

Cooperativa	Percentual (%)
Sicoob Central ES	10
Sicoob Sul-Litorâneo	55
Sicoob Sul	55
Sicoob Conexão	55
Sicoob Coopermais	55
Sicoob Sul-Serrano	55
Sicoob Credirochas	55

Conforme aprovado nas AGE's realizadas ao final do exercício de 2025, os impactos decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 informando na nota 4. foram integralmente absorvidos pela Reserva Legal das Cooperativas do Sistema Sicoob ES.

20.2.2 Outras Reservas (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional Sicoob Sul Serrano)

Constituída na AGE do Sicoob Sul Serro em 14/12/2023 com as sobras de 2023 no montante de R\$ 11 milhões, tem como a promoção de ações de apoio a projetos de desenvolvimento das regiões que compõe a área de atuação do Sicoob Sul Serrano, fortalecendo assim o relacionamento da cooperativa com a sociedade.

O fundo possui vigência de 03 (três) anos, onde havendo recurso após conclusão dos projetos e ações seus recurso será destinado para Reserva legal da Cooperativa.

20.3 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

Descrição	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Classificados Como Vjora	158
Instituição Financeira Controlada Por Coop. De Crédito - Mep	75
Total	233

No exercício de 2025, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de R\$ (808) mil, referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

20.5 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04/2025, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 142.097mil.

20.6 Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2025
Sobra bruta	1.666.408
Juros ao Capital	(333.534)
Sobra líquida do exercício	1.332.874
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(20.571)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.312.303
Reserva legal	(584.473)
Fundo de Reserva Art 26 § 1º Estatuto	(60.069)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(77.576)
Utilização do FIS	9.003
Utilização de Outras Reservas	2.342
Utilização do FATES	22.249
Sobra à disposição da Assembleia Geral	623.779

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	7.531.223	7.205.739	325.484
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(5.381.370)	(4.856.294)	(525.076)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(822.748)	(787.205)	(35.543)
Resultado Operacional	1.327.105	1.562.240	(235.135)
Receita Não Operacional	19.916	-	19.916
Despesa Não Operacional	(14.147)	-	(14.147)
Resultado Não Operacional	5.769	-	5.769
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	1.332.874	1.562.240	(229.366)
IRP/CSLL	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	(249.937)	249.937
Resultado do Período	1.332.874	1.312.303	20.571

22. Provisão de Juros ao Capital

No exercício de 2025 a Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 333.534 mil, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

23. Receitas da Intermediação Financeira

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

23.1 Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	10.448
Rendas de Empréstimos	2.070.786
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	132.052
Rendas de Financiamentos	646.330
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	66.643
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	56.381
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	26.273
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	92.393
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	44.472
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	913
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	122.200
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	237.158
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	2.522
TOTAL	3.508.571

23.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	397.776
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	269.852
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(37.352)
Resultado de Ajuste a Valor Justo	791
TOTAL	631.067

23.3 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no período findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.202.413
Total	1.202.413

24. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Em 31/12/2025 as Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses, estavam assim compostas:

Instituições	31/12/2025
Despesas de Repasse	
Funcafé Repassado	(38.396)
Total Despesas de Repasses	(38.396)

Instituições	31/12/2025
Despesas com Repasses Interfinanceiros	
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(141.884)
Cooperativa Central ES	
Total Despesas com Empréstimos Interfinanceiros	(141.884)
TOTAL	(180.280)

25. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As provisões são reconhecidas conforme CPC 25 e Resoluções CMN 3.823/2009 e 2.682/1999, quando há obrigação presente e provável saída de recursos, com base nas melhores estimativas. Demandas judiciais são provisionadas quando a perda é provável, enquanto perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera a classificação de risco das operações de crédito.

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	293
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	6.379
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.077.089
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	68.923
Reversões de Provisões para Outros Ativos Financeiros	135
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	528
Provisões para Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(186)
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	(185)
Provisões para Operações de Crédito	(1.591.319)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(181.767)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(44.430)
TOTAL	(664.540)

26. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	38.155
Rendas de Serviços Prioritários - PF	3.772
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	2.239
Rendas de Serviços Especiais - PF	94
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	34.597
Rendas de Outras Tarifas - PJ	69.182
TOTAL	148.039

27. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	42.827

Descrição	31/12/2025
Rendas de Garantias Prestadas	2.034
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	31.911
Rendas de Convênios	3.138
Rendas de Comissão de Outros Serviços	6.682
Rendas de Outros Serviços	21.097
Rendas de Comissão de Seguros	68.604
Rendas de Comissão de Previdência	788
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	58.934
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	14.131
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	588
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	141.381
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	10.684
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	14.447
TOTAL	417.246

28. Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários	(30.086)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(82.425)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(66.229)
Despesas de Pessoal - Proventos	(175.157)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(289)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(7.435)
TOTAL	(361.621)

29. Outros Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(5.916)
Despesas de Aluguéis	(37.901)
Despesas de Comunicações	(10.226)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(22.359)
Despesas de Material	(4.595)
Despesas de Processamento de Dados	(66.884)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(23.679)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(32.586)
Despesas de Publicações	(65)
Despesas de Seguros	(771)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(75.505)
Despesas de Serviços de Terceiros	(13.391)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(23.147)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(35.260)

Descrição	31/12/2025
Despesas de Transporte	(11.521)
Despesas de Viagem no País	(2.944)
Despesas de Amortização	(463)
Despesas de Depreciação	(42.634)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(13.264)
Ações Judiciais	(3.641)
Rateio de Despesa Adm. do Sicoob	(8.683)
Outras Despesas Administrativas	(9.246)
TOTAL	(444.681)

30. Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(1.941)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(7.102)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(1.738)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(244)
TOTAL	(11.025)

31. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	31/12/2025
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	28.798
Despesas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	(8.624)
TOTAL	20.174

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 19.145 mil.

32. Outras Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(165.906)
Despesas de Descontos Concedidos	(42.225)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES (b)	(3.771)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(22.251)
Despesa com Fraudes	(2.739)
Despesas Com Descontos concedidos	(22.202)
Despesas de utilização do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional Sicoob Sul Serrano	(2.342)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(10.574)
TOTAL	(272.010)

(a) Refere-se às despesas para a execução dos serviços de transações pagamentos, Cartões, Sipag, pix, dentre outros.

(b) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFES.

33. Outros Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	23.831
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	25.596
Juros ao capital recebido do Banco Sicoob	32.825
Rendas de Repasses Delcredere	18.110
Rendas Juros Cartão de Crédito	84.766
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	11.922
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	64
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	23
Atualização Selic – Recuperação Créditos Tributários	1.527
Receita de recursos Centralizados da Poupança	34
Deduções e Abatimentos	499
Outras Receitas Operacionais	771
TOTAL	199.968

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e Delcredere.

34. Despesas com Provisões

34.1 Provisões/Reversões para Contingências

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Trabalhistas	(1.220)
Provisões para Contingências Cíveis	(609)
Provisões para Outras Contingências	(329)
Reversões de Provisões para Contingências Trabalhistas	779
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis	434
Reversões de Provisões para Outras Contingências	1.565
Total	620

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

34.2 Provisões/Reversões para Garantias Prestadas

Descrição	31/12/2025
Provisões para Garantias Prestadas	(69.777)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	52.605

TOTAL	(17.172)
--------------	-----------------

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

35. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	6.611
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	11.924
Ganho de Capital	1.381
Receitas não operacionais	19.916
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(2.234)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(10.397)
(-) Perda de Capital	(1.468)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(48)
(-) Despesas não Operacionais	(14.147)
TOTAL	5.769

36. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

37. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

37.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	317.662
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.768
Operações Passivas	
Depósitos	343.215
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	38.393
Garantias prestadas	1.059.334
Capital social	47.150
Remuneração	34.574
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	24.213
Salários/Remuneração	2.672
Benefícios	1.064
Encargos	6.625

37.2 Saldos das transações da Cooperativa com o BANCO SICOOB:

O Sicoob combinado ES Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Banco Sicoob, onde é acionista e está presente com representante no conselho de administração.

Transações com Banco Sicoob	
Descrição	31/12/2025
Ativo	9.413.976
Disponibilidades	267
Depósitos Interfinanceiros	9.928.463
Cotas de Fundos de Renda Fixa	2.133.232
Relações Interfinanceiras	618.639
Participações VJR	214.654
Participações MEP	215.767

Passivo	1.821.325
Relações Interfinanceiras	1.974.990

38. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do Patrimônio de Referência e o Índice de Basileia de cada Cooperativa do Sistema Sicoob ES:

Cooperativa	Índice da Basileia		Patrimônio de Referência	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sicoob Central ES	13,78%	14,65%	502.510	477.452
Sicoob Sul-Litorâneo	20,82%	22,35%	259.978	233.789
Sicoob Sul	30,11%	30,22%	934.677	782.960
Sicoob Conexão	24,36%	23,99%	2.342.157	1.804.011
Sicoob Coopermais	20,11%	19,48%	586.023	466.342
Sicoob Sul-Serrano	22,08%	22,14%	1.138.223	950.356
Sicoob Credirochas	17,09%	17,10%	313.634	294.698
Média/Total	21,19%	21,42%	6.077.202	5.009.608

39. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(2.663)
TOTAL	(2.663)

40. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

40.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

40.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

40.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

40.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

40.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

40.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

40.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

40.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

41. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vitória-ES, 27 de janeiro de 2026.

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo Sicoob Central ES
CPF: 077.720.547-50

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios do Sicoob Central ES
CPF: 007.835.627-05

Bento Venturim
Presidente Conselho de Administração Sicoob Central ES
CPF: 425.679.127-20

Fábio Antônio Novaes
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Sul-
Litorâneo
CPF: 858.259.307-44

Rubens Moreira
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Sul
CPF: 283.432.987-72

José Nivaldo Casagrande
Presidente Conselho de Administração do Sicoob Conexão
CPF: 421.145.197-91

Arno Kerckhoff

Presidente Conselho de Administração do Sicoob Coopermais
CPF: 451.807.097-68

Cleto Venturim

Presidente Conselho de Administração do Sicoob Sul-Serrano
CPF: 707.572.917-91

Tales Pena Machado

Presidente Conselho de Administração do Sicoob Credirochas
CPF: 981.478.977-15

Sandra Helena Rosa Kwak

Diretora de Recursos Humanos e Sustentabilidade do Sicoob
Central ES
CPF: 763.748.747-49

Wanderson Vieira da Silveira Sossai

Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS**

Aos Administradores e aos Cooperados do
Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - SICOOB ESPÍRITO SANTO

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Espírito Santo (Sistema Sicoob ES), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações combinadas de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Sicoob ES em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.151, de 30 de outubro de 2012 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritas nas Notas Explicativas nº 2 e nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Sistema Sicoob ES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve que as demonstrações financeiras combinadas do SISTEMA SICOOB ES foram elaboradas pela administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.151/12 e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não se modifica no que diz respeito a este assunto.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1b às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores,

conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A administração do Sistema Sicoob ES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, associadas às diretrizes estabelecidas na Resolução 4.151 do CMN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Sistema Sicoob ES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Sistema Sicoob ES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Sistema Sicoob ES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Sistema Sicoob ES.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Sistema Sicoob ES. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de fevereiro de 2026.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



Mais que uma *escolha financeira*.

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

